



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141012 - BA (2021/0002970-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : REGINALDO BORGES DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : LARISSA RAFAELA PINHEIRO SILVA - BA063556
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por REGINALDO BORGES DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*Habeas Corpus* n. 8025576-43.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta a necessidade de reavaliação dos motivos que ensejaram a imposição da prisão preventiva, os quais considera inidôneos. Afirma que é primário e que possui ocupação lícita e residência fixa no distrito da culpa, não se fazendo presentes, ainda, os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente